

***O Destino Manifesto* do povo estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra**

PRISCILA BORBA DA COSTA*

Resumo: O presente artigo pretende discutir o sentimento religioso envolvido em dois momentos diferentes da História – a conquista ibérica das terras do "Novo Mundo" nos séculos XV e XVI, em especial a conquista portuguesa e a dominação europeia sobre as populações indígenas, e a expansão territorial estadunidense ao Oeste que atacou vorazmente a população nativa no século XIX. A legitimação das conquistas baseada na vontade de Deus para a disseminação do progresso e civilização é um ponto em comum nos momentos históricos em questão. Cada qual com sua intensidade, violência e doutrina, estadunidenses e europeus exerceram forte dominação sobre as populações nativas das terras conquistadas ou tomadas. No artigo, questões como o sentimento religioso, legitimação da expansão, conceitos de selvageria e civilização, serão abordados com base em estudos feitos por estudiosos no assunto.

Palavras-chave: Expansão territorial, Expansão ao Oeste estadunidense, Conquista Ibérica, Religião, População Indígena.

Abstract: The present article intends to discuss the religious feeling involved on two different moments on History – the Iberian conquest of “New World” lands in fifteenth and sixteenth century, specially the Portuguese conquest and European domain over American Indians populations, and USA territorial expansion to the West that strongly attacked the native populations on nineteenth century. Both conquests’ legitimacy was based on God’s will to dissemination of progress and civilization at that period of History. Each of the cases, with particular intensity, violence and doctrines, exercised strong domination over native populations on the conquered or taken lands. In this article, issues as the religious feeling, expansion legitimacy, wilderness and civilization concept, are discussed based on studies made by researchers of the area.

Key words: Territorial Expansion, USA West Expansion, Iberian conquest, Religion, American Indian Population.



* **PRISCILA BORBA DA COSTA** é Mestranda na Universidade Estadual de Maringá, linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais. Possui graduação em Licenciatura - História pela Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

Os ex-colonos dos Estados Unidos da América são conhecidos por seu espírito desbravador, responsáveis por levar o “progresso da civilização” para locais anteriormente ocupados por comunidades tradicionais, hoje extintas em solo estadunidense. A história da ocupação e anexação de territórios nos Estados Unidos é marcada por um sentimento peculiar deste povo, caracterizado pela ideia de que os *Americans* exerciam um papel designado por Deus.

Numa perspectiva semelhante, os europeus – e, em especial, os espanhóis e portugueses, no século XVI e XVII carregam os méritos do desbravamento dos mares, mitos e conquista de povos ditos selvagens em busca de expansão territorial e novas rotas de comércio. Bem conhecida, neste mesmo contexto, é a trajetória de conquista dos povos indígenas com a justificativa de conversão religiosa com o pretexto de salvar suas almas da suposta selvageria em que viviam antes da intervenção europeia.

Embora os sentimentos religiosos caracterizem-se em épocas e contextos distintos, o presente artigo busca explorar ambos os sentimentos e acontecimentos históricos, a fim de realizar uma análise comparativa de discursos tão intensos que moviam mundos e povos distintos em busca de um ideal, ou, ao menos, em busca de uma justificativa que embasasse suas ações.

Ao analisar a doutrina do *Destino Manifesto* (*manifest destiny*), o artigo busca explorar as origens deste conjunto de crenças que legitimou a ocupação do Oeste dos Estados Unidos e outros territórios durante o século XIX. Em síntese, o Destino Manifesto foi uma

doutrina estadunidense baseada em preceitos religiosos que legitimava e justificava a expansão dos estadunidenses a territórios alheios para a sua anexação ao território dos Estados Unidos. Tal ideia implicava que os estadunidenses eram um povo abençoado por Deus e escolhido especialmente para levar o esclarecimento aos “povos inferiores” da América do Norte.

O artigo é dividido de forma simples, tratando cada espírito e cada contexto separadamente. No primeiro tópico, busca trabalhar a doutrina do Destino Manifesto com o suporte teórico de Mary Anne Junqueira, João Feres Júnior e Shane Mountjoy. Este segmento buscará abordar o espírito da doutrina em si, como um espírito religioso levou ao que finalmente se chamou de *manifest destiny*, quem deu este nome ao espírito e, por fim, como esta doutrina ainda impacta na vida do estadunidense. O segundo tópico já aborda o Espírito Colonizador Europeu do século XV e XVI, passando pelas dimensões espanholas e portuguesas, das impressões que tiveram das Américas quando aqui chegaram e quais foram os desdobramentos das tentativas de colonização, num primeiro momento e, por fim, como a religião serviu como apoio para o que acreditavam ser uma missão bem-sucedida. O terceiro tópico trabalha com semelhanças e diferenças colocando em mesmo plano os sentimentos de expansão, colonização e transformação religiosa dos temas discutidos.

1. O *Destino Manifesto*: um sentimento que conduz à ação

Nos Estados Unidos da América, o século XIX foi fortemente marcado pela conquista da parte Oeste do que é hoje o seu território nacional. A primeira parte deste estudo terá como análise o sentimento por trás da ação expansionista dos estadunidenses e de que forma este sentimento está ligado com uma ideia religiosa de superioridade étnica e progresso civilizatório, característicos do calvinismo e da ética protestante. Especificamente, será abordado o fenômeno do Destino Manifesto, conjunto de crenças dos estadunidenses que marcou esta sociedade em determinado momento histórico.

Uma das características que auxiliam na compreensão do perfil expansionista do povo estadunidense é a íntima correlação com o espírito colonizador dos britânicos e europeus que criaram os Estados Unidos. Todavia, o que diferencia o estadunidense é o rompimento com a metrópole e a ideia de que o Novo Mundo, a América, significava um começo a partir do zero, uma ruptura com o passado, sendo o “povo americano” a síntese do novo homem, o Adão que teria apenas o futuro pela frente (JUNQUEIRA, 2000, p. 77). Baseados na crença de ser parte de uma nova nação especialmente escolhida por Deus e destinada a ser a maior de todas elas, os estadunidenses intensificaram sua expansão territorial e a justificavam com a missão que lhes foi supostamente resignada de levar o esclarecimento aos povos considerados inferiores (pressupõe, ainda, que os estadunidenses são soberanos, portanto todos seriam submetidos a eles nesta missão).

Deus escolheu a América para que aqui se construísse a sede do paraíso terrestre, por isso, a causa da América será sempre justa e nada de mal jamais lhe será imputado. Os colonos são os verdadeiros herdeiros do povo eleito, pois prestavam a Santa Fé. Nossa missão é liderar os exércitos de luz em direção aos futuros milênios. (Pregações Puritanas, 1660 *apud* OLÍMPIO & MAIA, 2006, p. 6)

Embora não seja a época abordada neste tópico em relação à doutrina estadunidense, é importante lembrar a questão das peregrinações do século XVII, que permite entender o pano de fundo desse sentimento religioso e de responsabilidade divina do estadunidense. A questão está amplamente desenvolvida no trabalho de Mary Anne Junqueira, *Ao Sul do Rio Grande*¹ (2000), onde é possível

¹ O trabalho de Mary Anne Junqueira (que é Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutora pela University of Maryland, Estados Unidos (2004-2005) e também professora no Departamento de História e no Instituto de Relações Internacionais) faz um estudo da revista *Seleções* que se originou a partir da *Reader's Digest* e seu impacto, função de reflexo da sociedade da América Latina em meados do século XX. O livro pesquisado é resultado de sua tese de doutorado e procurou “analisar as visões, imagens, representações sobre a América Latina construídas pela revista”. Seu trabalho começa com a trajetória da revista na versão estadunidense e da versão brasileira. No segundo capítulo trata do imaginário estadunidense e da conquista do oeste, a ideia de *wilderness* e o mito da fronteira (e é esta parte em específico que o artigo aqui apresentado se baseia mais intensamente). Depois, passa por esse imaginário na medida em que a imagem da América Latina foi representada negativamente. Nos dois últimos capítulos, a autora mostra como essa visão negativa criou o temo de que os inimigos externos dos estadunidenses invadissem a América Latina e se aproximassem dos Estados

perceber a relação do apego religioso desde o século XVII quando os primeiros peregrinos recusavam-se a manter relações com a igreja inglesa e comprometiam-se com a imagem dos hebreus, o povo eleito por Deus. Junqueira conta que os peregrinos permaneceram fortemente no imaginário estadunidense no que diz respeito à colonização. Ainda, no momento da conquista, embora num primeiro momento houvesse uma relação com os índios, – e fica claro no texto de Junqueira que esta relação era de interesse pelo conhecimento dos nativos à nova terra – num segundo momento, procuravam civilizar o novo território e acreditavam ter poder sobre o destino de seus antigos habitantes. (JUNQUEIRA, 2000, p. 74-76)

Esta perspectiva é interessante, pois auxilia a compreender um primeiro ponto essencial que é a exploração do *wilderness*, conceito trabalhado no livro de Junqueira: áreas nunca antes exploradas pelos estadunidenses, habitados pelos chamados homens selvagens e bestas.

O *wilderness* e a fronteira marcaram profundamente o imaginário nacional nos Estados Unidos, permitindo reforçar o excepcionalismo norte-americano. Segundo este imaginário, foi no Oeste que se construiu a nação norte-americana. Portanto, entender como os norte-americanos percebiam o seu próprio espaço territorial é importante para compreender como eles viam a si mesmos e às outras culturas (JUNQUEIRA, 2000, p. 69).

Junqueira explica ainda que, embora sejam tratados como fato heróico na história estadunidense (e ocidental),

Unidos e quais as soluções que a revista propôs para “debelar os males latino-americanos”.

esses fatos configuraram uma cena de forte devastação e aniquilação de comunidades indígenas para o estabelecimento da pequena propriedade privada. No entanto, a fronteira era vista como um mundo de possibilidades não existentes na civilização. Neste novo mundo era possível enriquecer, construir uma nova vida com um espaço ilimitado pronto para novas produções e descobertas (JUNQUEIRA, 2000, p. 70). O *wilderness* trazia uma ideia de recursos ilimitados e de desenvolvimento econômico. Todas essas questões, na visão do povo estadunidense, permitiam e legitimavam a conquista territorial e a violência cometida nessas explorações.

Após a formação deste contexto vem a Independência e, não por acaso, todo esse quadro influenciou fortemente no ideário de nação que se desenvolveu a seguir. É ainda na obra de Mary Anne Junqueira que é possível configurar essa pintura de uma nação única formada por estadunidenses, descendentes diretos dos peregrinos, o povo considerado eleito por Deus. Junqueira explica com detalhes que os estadunidenses

acreditavam que o mundo que constituíam era diferente e superior a todos os outros que existiam na Europa. (...) Com a Independência criou-se ainda outra ideia: a de que o norte-americano era um novo tipo de homem, completamente desvinculado do passado, “emancipado da História”. (...) o início de uma nova História desconectada do passado: o Adão norte-americano tinha apenas o futuro pela frente. (...) a nascente democracia norte-americana vinha acompanhada por um enorme sentimento de possibilidades, mas também por sentimentos de impaciência, intolerância e hostilidade. Ao novo homem norte-

americano, tido como inocente e dotado de energia excepcional, cabia uma tarefa incomum: construir um mundo a partir do zero. (JUNQUEIRA, 2000, p. 77)

Tendo em mente esse sentimento de ruptura explicado por Junqueira que é possível compreender a ideia nacionalista expressada no século XIX nos Estados Unidos como Destino Manifesto.

Shane Mountjoy, professor de História da Universidade de York e autor de um esclarecedor livro sobre o tema, explica que o termo Destino Manifesto, criado no século XIX, condensava sentimentos nacionalistas e expansionistas já enraizados nos estadunidenses. A origem do termo está ligada à política expansionista de meados do referido século. Foi John O'Sullivan quem o utilizou para descrever seu sonho a respeito do futuro da América. No ensaio chamado "Annexation", escrito em 1839 (publicado somente em 1845), declarou apoio à aquisição do Texas pelos estadunidenses, defendendo que era o cumprimento do destino manifesto espalhar o continente e que lhes era atribuído pela Providência (MOUNTJOY, 2009, p. 9).

Why, were other reasoning wanting, in favor of now elevating this question of the reception of Texas into the Union, out of the lower region of our past party dissensions, up to its proper level of a high and broad nationality, it surely is to be found, found abundantly, in the manner in which other nations have undertaken to intrude themselves into it, between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking

the fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions²
(O'SULLIVAN, 1945).

Neste documento, é discursada a missão destinada aos Estados Unidos e é explícita a noção de que eram eles os responsáveis pela propagação dos princípios divinos, deixando claro que sentiam que eram capazes de espalhar o progresso e o desenvolvimento e que estavam fazendo o mesmo pela Providência Divina e, de acordo com essa lógica, não havia sentido algum em interromper a vontade divina. Além disso, sentiam que constituíam a nação do progresso, da liberdade individual e da emancipação universal, como apontam os autores Olímpio e Maia.

O uso do termo "Destino Manifesto" neste primeiro ensaio de O'Sullivan foi praticamente imperceptível. Mais tarde, no mesmo ano, ele usou o termo novamente, com relação à anexação do território do oeste, Oregon. Defendia que a Providência ordenava que os EUA estendessem sua única forma de governo, o então chamado "grande experimento de liberdade e autogoverno

² "Por que, foram outros desejos razoáveis, em favor de agora levantar esta questão da recepção do Texas à União, fora da região inferior das nossas divergências partidárias, até o nível adequado de alta e ampla nacionalidade, seguramente devem ser encontradas, encontradas com abundância, de forma que outras nações afirmaram comprometer-se e interferir entre nós e as partes interessadas, num espírito de interferência hostil contra nós, pelo objeto declarado de impedir nossa política e dificultando nosso poder, limitando nossa grandeza e impedindo a realização do nosso *destino manifesto* de espalharmos sobre o continente atribuído pela Providência para o livre desenvolvimento dos nossos milhões de habitantes que anos passados anos se multiplicam" (Tradução livre).

federativo" (MOUNTJOY, 2009, p. 10). Entretanto, foi na terceira vez que O'Sullivan usou a expressão, que quase imediatamente foi adotada pelos demais. Os Democratas foram os primeiros a usar o termo à exaustão. O termo passou a simbolizar a ideologia e o desejo dos Estados Unidos de expandir. A frase era um termo breve e prático para expressar apoio ao projeto de expansão ao Oeste. Essas terras eram adquiridas da Grã-Bretanha e especialmente do México e, em particular, o Texas e Oregon. Quando em guerra com o México, os EUA buscaram outros territórios como o Novo México e Califórnia. Tais expansões eram naturais para os estadunidenses, afinal era o "destino".

No início do século XIX, surge, então, a manifestação nacionalista que considera seu destino a anexação de territórios. O Destino Manifesto está inserido num contexto histórico, desenrolado por Junqueira, de uma religiosidade e uma missão divina que permitia a anexação e governo de territórios que não pertenciam aos Estados Unidos. Os estadunidenses, que já se consideravam privilegiados e enviados por Deus, acreditavam ter a responsabilidade de civilizar o bárbaro e o impuro. A missão era carregada de nobreza e altruísmo. Este desenho nos permite contemplar com mais clareza a ideia de Destino Manifesto. Foi, então, a partir dessas premissas que os estadunidenses consideravam que deveriam anexar (comprando ou tomando) o território dos povos inferiores e aplicar um processo civilizatório, fazendo com que os povos destes territórios anexados se submetessem ao seu governo e ao seu modo de vida.

Olímpio e Maia ainda explicam que a diferença racial é outro fator bem

presente. Ela justifica os padrões morais e ainda considerava-se impossível associar as práticas estadunidenses com más ações neste contexto de expansão, já que estariam cumprindo uma ordem divina. Os mexicanos, por outro lado, pecariam apenas por recusar a oferta dos estadunidenses de anexação do seu território, contrariando o desejo de Deus.

Feres Júnior³ aborda esta questão, através do pensamento de Ralph Waldo: o "sentimento de superioridade racial americana está amparada por um poder ainda mais alto: a vontade de Deus, a Divina providência - frente a qual as 'questões seculares' perdem importância" (FERES JUNIOR, 2004, p. 83). Vê-se, portanto, a clara percepção de superioridade legitimada pela autoridade maior e indiscutível, Deus. Sendo que o objetivo é o triunfo e nada ou pouco importam os motivos para a realização dessas ações.

Nos conflitos que se seguiram, dentre os territórios anexados, estavam os das colônias espanholas (Cuba, Porto Rico, Filipinas e a ilha de Guam) e consideravam os habitantes destas colônias "raças indesejáveis" e indagavam-se o que fazer com eles. Albert Beveridge (historiador e senador – 1900) declara:

Ele [Deus] nos fez os mestres organizadores do mundo para estabelecer um sistema onde reina o caos. (...) Ele nos fez adeptos do bom governo para que possamos administrá-los aos povos selvagens

³ O trabalho de Feres Júnior, *Spanish America como o Outro America*, (devidamente citado nas referências bibliográficas) procura abordar o conceito de *Latin America* nos Estados Unidos. Demonstra como a diferença racial interfere nesse pensamento e apresenta o contexto político a partir do qual essas concepções foram formuladas.

e senis (...) ele marcou o povo americano como Sua nação escolhida para finalmente liderar no trabalho de regeneração do mundo. Essa é a missão divina da América (...) Nós somos os depositários do progresso mundial, os guardiões da paz virtuosa (BEVERIDGE *apud* FERES JUNIOR, 2004, p. 84).

Feres Júnior ainda explica que, “segundo essa concepção, a graça divina é o princípio organizador da história humana, e os americanos seus agentes verdadeiros e legítimos” (FERES JUNIOR, 2004, p. 85). E continua: o expansionismo estadunidense se dá por terra, mas essas ações se justificam, pois são de ordem divina e o estadunidense é o portador dessa missão, tendo ele o conhecimento privilegiado do divino, ficando inviável contra-argumentar com uma razão prática de ordem secular.

Nota-se ainda, em Mountjoy, que em termos práticos, os Estados Unidos não adotaram o Destino Manifesto como política. O conceito influenciou a política do país, especialmente nas últimas seis décadas do séc. XIX e incorporou muitas crenças como o expansionismo, nacionalismo, excepcionalismo estadunidense e, em alguns casos, a ideia de superioridade racial. A expressão é, dessa forma, carregada de muitas ideias que serviam de justificativas e entraram no imaginário do cidadão estadunidense.

Os expansionistas de 1840 e 1850 reconheciam o lugar e a época como cenário perfeito para expandir os EUA e estavam convencidos de que seriam bem sucedidos e que as condições superiores dos estadunidenses propagariam o progresso. Três conceitos-chave que fundamentavam a doutrina: virtude, missão, e destino. Isso queria dizer que, primeiramente, a sociedade estadunidense e seus cidadãos eram virtuosos e isso justificava a expansão. Segundo, era a missão dos estadunidenses estenderem sua sociedade. Fazendo isso, iriam influenciar o restante do mundo. Por fim, era o destino dos Estados Unidos assumirem a tarefa de cumprir essas predestinações (MOUNTJOY, 2009, p. 12).

Possivelmente a imagem mais conhecida do século XIX que representa o Destino Manifesto seja uma pintura de 1872 por John Gast, chamada "Progresso Americano". A pintura traz uma mulher de cabelos claros, vestida de forma clássica, com tecidos brancos e leves revestindo seu corpo, e que está guiando os estadunidenses ao Oeste. Ela está conduzindo pioneiros, fazendeiros, mineiros, vagões e trilhos. O quadro ilustra a visão de que a conquista estadunidense era um sinal de progresso e que levava a civilização e a prosperidade a pessoas não-esclarecidas (MOUNTJOY, 2009).



Progresso Americano (John Gast, 1872)

2. Espírito Colonizador Europeu do século XV e XVI e o desencantamento do Novo Mundo

Diferentemente da expansão territorial dos estadunidenses e a quase completa eliminação da cultura dos povos indígenas do Oeste norte-americano, a colonização da América Latina pelos portugueses e espanhóis foi marcada pelo espírito colonizador europeu e sua íntima relação com a religião católica e o processo de mestiçagem gerado, entre outros fatores, pela necessidade pragmática de domínio das técnicas de manejo e produção. A colonização europeia foi marcada pelo desencantamento em relação à visão edênica do Novo Mundo.

Os séculos XV e XVI foram marcados pelos desbravamentos marítimos realizados primeiramente pelos espanhóis e portugueses e depois por outros diversos Estados europeus em busca de novas rotas de comércio. A chamada “descoberta do Novo Mundo” ou o alcance europeu à parte Ocidente do globo constituiu-se em uma verdadeira ruptura com o que estava

estabelecido até então por navegações e rotas de comércio. O desbravamento das terras “inóspitas” e aparentemente “edênicas” vislumbrou aos europeus possibilidades antes inimagináveis e oportunidades imperdíveis.

As cartas apaixonadas dos conquistadores à Europa refletiam um mundo jamais visto e comparado ao Paraíso, aos Jardins do Éden. Espanhóis maravilhados com o fato de os homens e mulheres andarem nus, como Deus lhes havia colocado no mundo, homens e mulheres sem malícia, incontáveis cantares de pássaros em meio a árvores de infinitas espécies e que, aparentemente, jamais perdiam suas folhas. É Sérgio Buarque de Holanda que traz essa perspectiva de visão Edênica em sua tese universitária, que depois se torna livro, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Buarque de Holanda explica que “em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus

primeiros visitantes como uma cópia do Éden” (HOLANDA, 2007, p. X). Como nos primeiros dias da Criação, tudo era dom de Deus, sem ter de apelar para o trabalho dos homens. Forjou-se um quadro ideal do Novo Mundo.

Entretanto, esta imagem edênica passa a definir na América portuguesa, fenômeno que Sérgio Buarque de Holanda chama de “atenuações plausíveis”:

não é menos certo que todo o mundo lendário nascido das conquistas castelhanhas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana (HOLANDA, 2007, p. 130)

De certo, tal processo relaciona-se com o “Choque da Conquista” relatado por Serge Gruzinski. Através da descrição de um monge apelidado Motolínia, O Pobre, Gruzinski expõe o quadro catastrófico em que se constitui a chegada dos Europeus para a comunidade indígena. Este monge revela que 1521 fora um “ano triste e pavoroso” devido às terríveis pragas que se seguiram após a chegada dos Europeus. A varíola chega pelos navios com os negros e ele conta que tanta gente adoeceu, todos ao mesmo tempo, que uns morriam da doença e outros morriam de fome, por não haver quem cuidasse da comida. A água contaminada extermina número incontável de índios, adultos e crianças, e depois vem a fome. (GRUZINSKI, 2001, p. 63-65)

Fome, guerra, epidemia, os três cavaleiros do Apocalipse dedicam-se a riscar dos índios da terra onde eles viviam. (...) Invasores que, na Espanha, não passavam de camponeses julgam-se senhores e

começam a dar ordens aos senhores “naturais” do México; negros “se fazem servir e temer mais do que se fossem os senhores dessa gente”. A desagregação das hierarquias sociais acompanha outros fenômenos igualmente incontroláveis. (...) Às repercussões imediatas da Conquista, identificadas nas três primeiras pragas, acrescentam-se os efeitos desestabilizadores da dominação espanhola. A instalação dos recém-chegados provoca uma precariedade geral: os maus-tratos e a edificação da infra-estrutura colonial esgotam a mão de obra indígena. (GRUZINSKI, p. 65-66 e 69)

Como consequência, a resistência, o caos social revelam-se: “divididos e prestes a se matarem uns aos outros, os espanhóis são cercados pelos índios, por sua vez dispostos a investir contra seus vencedores” (GRUZINSKI, p. 70) Acrescenta ainda o autor: “Atacadas, aterrorizadas e derrotadas, as sociedades indígenas são politicamente mutiladas, socialmente fraturadas, dizimadas pela guerra e pelas epidemias”. (GRUZINSKI, p. 75).

Percebe-se que o choque cultural enfrentado ali, pelos espanhóis, mais tarde pelos portugueses e outros povos europeus, significa um perigo à bagagem cultural e às tradições trazidas da Europa. Por isso, ou até por uma questão de vaidade, sentimento de superioridade, o Europeu sentia a necessidade de implantar seu modo de vida, afinal sentiam-se donos daquelas terras, após extenso projeto de exploração dos mares e novas rotas. O projeto colonizador no tocante à questão religiosa é um projeto que traz a possibilidade de impor a cultura europeia, na tentativa de aniquilar a cultura indígena, para sobrepor a tradição religiosa católica. Os jesuítas, porém, por vez iriam contra a

exploração do índio, no sentido de escravizá-los e extrair ao máximo as vantagens que o indígena podia oferecer àquele projeto. Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, traz como a questão religiosa e as missões dos jesuítas fizeram parte deste processo:

“Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento *participante* da colonização. Os colonos viam nele um *trabalhador* aproveitável; a metrópole, um *povoador* para a área imensa que tinha de ocupar, muito além da sua capacidade demográfica. (...) as missões religiosas não intervêm como simples instrumentos da colonização, procurando abrir e preparar caminho para esta no seio da população indígena. Elas têm objetivos próprios: a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das ordens respectivas, não importa; mas objetivos que, pelo menos nos métodos adotados pelos padres, forçados a isto pelas circunstâncias ou não, se afastam e até muitas vezes contradizem os objetivos da colonização leiga. (...) nas suas atividades, na ação que desenvolveu junto ao índio, no regime e educação a que o submeteu, o jesuíta agia muitas vezes em contradição manifesta não só com os interesses particulares e imediatos dos colonos, o que é matéria pacífica, mas com os da própria metrópole e de sua política colonial. O que Portugal podia pretender (...) era utilizar todos os elementos disponíveis; e o índio não podia ser desprezado na incorporação de tal fim. Tratava-se, portanto de incorporá-lo à comunhão luso-brasileira, arrancá-lo das selvas para fazer dele um

participante integrado na vida colonial; um *colono* como os demais”. (PRADO, 2004, p. 91-92.)

Percebe-se o conflito de interesses e o impasse da resolução entre a “escravidão sumária e exploração brutal do índio pelo colono” contra a vontade de isolá-lo, do jesuíta, como explica Caio Prado Júnior. A metrópole, aceita a tese jesuítica da liberdade do índio e percebe que é mais interessante prepará-los para a vida civilizada e não fazer deles simples instrumento de trabalho. (PRADO, 2004, p. 93) Mas explica que é ingenuidade pensar que isso mudou em muito a situação da população indígena, esta continuou a ser vista como inferior, “bastarda” e “alvo do descaso e prepotência da raça dominadora” (PRADO, 2004, p. 95)

Embora haja esse consentimento de superioridade racial entre os europeus, há, no entanto, a importância em destacar que não era possível aniquilar a cultura e os costumes indígenas. Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda coloca muito claramente a questão de dependência dos europeus em relação às técnicas, costumes, cultura, e até mesmo a língua dos nativos num primeiro momento, por mais que houvesse certa rejeição em incorporar as tradições do Novo Mundo. No decorrer de sua obra, Holanda trabalha intensamente o envolvimento do colono com a cultura nativa. A própria linguagem tupi, no caso do Brasil, é comprovada em diversos documentos como persistente durante todo o século XVII. Isso se dá, dentre diversos motivos, pelo fato de que o português não oferece o equivalente necessário para tratar da terra nativa. O conhecimento da terra, dos trechos, das trilhas: o índio se faz fundamental para aquela primeira exploração de uma terra áspera, perigosa e, ao contrário do que

imaginavam, pouco edênica – pelos perigos que os europeus se expunham.

Gruzinski expõe, entretanto, que “uma vez na América, uns e outros empenharam-se em edificar réplicas da sociedade que haviam deixado para trás” (GRUZINSKI, 2001, p. 94).

À conquista dos espíritos acrescentou-se a conquista dos corpos, destinada a submeter a família, o casamento e os hábitos mais íntimos às normas universais da Igreja. Desde fins dos anos 1520, a difusão maciça do casamento cristão pareceu o meio mais eficaz de se obter uma cristianização profunda e rápida da população indígena. (GRUZINSKI, 2001, p. 100)

3. Considerações finais: semelhanças e diferenças entre o destino manifesto e a colonização ibérica

Colocando no mesmo plano de análise a colonização dos espanhóis e portugueses na América Latina e a expansão territorial dos colonos da América anglo-saxã é possível encontrar semelhanças e diferenças em tais processos históricos, não obstante o lapso temporal entre os dois eventos.

Dos pontos em comum dos dois processos colonizatórios, pode-se destacar a visão edênica, presente nas terras jamais exploradas pelos estadunidenses, formando a ideia de que havia muito a produzir e desenvolver em termos agrários e civilizatórios. O colono sentia-se o Adão, desvinculado do passado histórico, pronto para usufruir das prósperas terras do “Jardim do Éden”. Tal visão edênica foi amplamente disseminada na Europa pelos espanhóis e suas fábulas de eldorado e da primavera incessante das terras do Novo Mundo. Os colonizadores de Portugal e Espanha tinham a crença de que, ao contrário da

escassez de recursos no Velho Mundo, as novas terras eram fruto do dom divino e não apelavam a necessidade do intenso labor humano.

Por outro lado, a visão de mundo religiosa também implicou em diferentes formas de explorar os imaginários “jardins do éden”. Para os puritanos, as novas terras ofereciam as condições apropriadas para a postura ascética e intenso trabalho, valorizando a ética protestante (analisada com maior profundidade por Max Weber). Para os colonizadores católicos da península ibérica, as novas terras representavam uma dádiva dos céus, presente divino, pronto a ser usufruído. Conforme os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, os povoadores portugueses e espanhóis partilhavam dessa ilusão original, que canonizava a cobiça e bania o labor continuado e monótono, típico da postura ascética dos puritanos anglo-saxões.

A visão edênica forjada no século XV ganhou contornos distintos na América Latina e na América do Norte. Buarque de Holanda, ao analisar a colonização portuguesa do Novo Mundo, trata das “atenuações plausíveis”, isto é, da aceitação pragmática, e quase que fatalista, da realidade local, marcada pelo definhamento da mitologia da conquista. Na colonização da América do Sul, o “choque da conquista” (expressão de Gruzinski) gerou o desencantamento do Novo Mundo de forma acelerada, rompendo com os mitos e visões maravilhadas sobre a conquista das terras edênicas.

Já nos Estados Unidos, o mito do Jardim do Éden foi deliberadamente forjado no século XIX para definir a imagem ideal do homem americano, que, segundo Buarque de Holanda, era apresentado como um indivíduo desatado da história,

despojado de ancestralidade, onde uma geração afeita à leitura da Bíblia via facilmente a encarnação do primeiro homem, de Adão antes do Pecado. O Destino Manifesto propunha a imagem popular de uma sociedade agrária a dilatar-se sobre as terras virgens do Oeste para converter-se em um cenário quase edênico. Os estadunidenses eram o povo escolhido por Deus para levar progresso e civilização para terras antes dominadas por tribos indígenas e selvagens. O uso racional da terra para fins produtivos era legitimado por uma visão de mundo indissociável da religião protestante.

Referências

FERES JÚNIOR, João. *Spanish America como o Outro da América*. **Revista Lua Nova**, n.62, São Paulo, CEDEC, 2004, p. 69-89.

FOLHA DE SÃO PAULO, *Discurso de Obama sobre a morte de Bin Laden*. São Paulo, 02 de Maio de 2011.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

MOUNTJOY, Shane. **Manifest destiny: westward Expansion**. Milestones in American History. Infobase Publishing. New York, 2009

O'SULLIVAN, John. "Annexation". **United States Magazine and Democratic Review** 17, no.1 (July-August 1845): 5-10 <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS202-01/Documents/OSullivan.html> - Última vez acessado em 26/07/2011.

OLÍMPIO, Marise Magalhães; MAIA, Jorge Henrique. **Estados Unidos e o Destino Manifesto**. Disponível em <http://meuartigo.brasilecola.com/historia-geral/estados-unidosdestino-manifesto.htm> - Última vez acessado em 26/01/2011

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2004.

PRATT, Julius. *The Origin of "Manifest Destiny"*. *The American Historical Review*, v. 32, n. 4, jul, 1927, p. 795-798.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4ª ed. São Paulo. Martin Claret, 2011.